

A CORAGEM DE SER MODERNO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 05.10.1988

Se o seminário de estudos que o PSDB realizou em Brasília na última semana é uma boa indicação, estamos finalmente diante de um partido de centro-esquerda, social-democrático, que tem a coragem de ser moderno. A tônica dessa reunião, da qual participaram alguns economistas e todos os parlamentares federais do partido, foi a crítica de velhos slogans populistas que a esquerda brasileira adotou no passado e o apoio a medidas corajosas e firmes para enfrentar a profunda crise econômica em que se acha imerso o país - medidas no sentido da redução da dívida externa, da eliminação do déficit público, e da desindexação dos preços.

A reunião começou com a apresentação de um trabalho preparado por Hélio Jaguaribe, que contou com a colaboração dos economistas André Lara Resende, Edmar Bacha e Winston Fritch. Esse documento apontou duas crises que o país atravessa: uma crise estrutural e uma crise conjuntural. A crise estrutural é definida pelo dualismo entre um setor rico e moderno e um setor pobre e deseducado; pela deterioração e perda de funcionalidade do Estado; pelo atraso científico-tecnológico crescente; e pela paralisação do crescimento econômico nesta última década.

A crise conjuntural, por sua vez, tem como sua manifestação mais evidente uma inflação mensal superior a 20 por cento, a qual tem por trás um déficit público da ordem de 6 por cento do PIB, agravado pelo exorbitante peso do endividamento externo e interno.

Para fazer frente a essa crise conjuntural o documento constata a inviabilidade do gradualismo representado pela política do "feijão com arroz", e propõe, para escapar aos riscos da estagnação econômica e da hiperinflação, um programa abrangente de estabilização, com: (1) desindexação geral; (2) coordenação de salários e preços de acordo com seus valores médios dos últimos seis meses; (3) eliminação do déficit público, de forma a tornar negativa a necessidade de financiamento interno ao setor público, através, (a) da elevação moderada da carga tributária, (b) da eliminação dos subsídios e incentivos, (c) da redução da despesa corrente, (d) da redução dos juros relativos à dívida externa (além do financiamento total dos juros no primeiro ano); (4)

adoção de uma política monetária e creditícia restritiva, com taxas de juros suficientemente altas para evitar a fuga de capitais e a formação especulativa de estoques; (5) adoção de uma política de taxa de câmbio flexível.

Durante todo o seminário os economistas autores do projeto e mais José Serra, Paulo Nogueira Batista Jr., João Paulo de Almeida Magalhães e o autor desta nota defenderam as linhas básicas do documento. Dércio Munhoz, que inicialmente pareceu ser uma voz dissidente, revelou na verdade um acordo básico com os demais. E os parlamentares presentes, entre os quais estavam alguns dos mais competentes e autênticos representantes da esquerda brasileira, participaram ativamente desse debate, cujo sentido básico foi o da crítica a velhas idéias populistas e desenvolvimentistas que não servem mais de critério para definir uma política econômica progressista.

No final do seminário Mário Covas resumiu o encontro salientando o acordo básico existente e afirmando que o verdadeiro critério de uma política econômica progressista é sua efetividade em reduzir as distâncias sociais e defender o interesse nacional. Ao concluir lembrou que o fundamental na política é a observância dos princípios éticos, que entre esses princípios o principal é o da coragem, e que coragem, no que diz respeito à política econômica, é decidir por medidas impopulares quando essas forem realmente necessárias.

Saí do seminário tão preocupado como os demais participantes diante da gravidade da crise, mas otimista em relação ao desempenho de um novo partido que, nesta reunião, demonstrou terá a coragem de ser moderno.